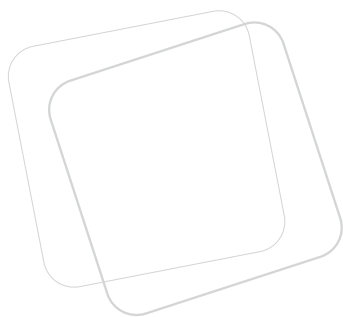




SUMÁRIO



LISTA DE ABREVIATURAS	29
1. BREVE HISTÓRICO	33
1.1. Países da família da <i>civil law</i>	33
1.2. Países da família da <i>common law</i>	34
1.3. Evolução do processo coletivo no Brasil	35
2. TUTELA JURISDICIONAL COLETIVA	37
2.1. Introdução	37
2.2. Origem da tutela jurisdicional coletiva	39
2.3. Microsistema coletivo	41
2.3.1. Conceito	41
2.3.2. Casuística	46
2.4. Marcos legislativos	50
2.5. Ação de improbidade administrativa	53
3. LEGISLAÇÃO VIGENTE	61
3.1. Introdução	61
3.2. Lei das Pessoas com Deficiência (Lei 7.853/1989)	61
3.3. Lei de defesa dos investidores do mercado de valores mobiliários (Lei 7.913/1989)	63
3.4. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990)	64
3.5. Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992)	66
3.6. Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741/2003)	67
3.7. Lei do Mandado de Segurança (Lei 12.016/2009)	69
3.8. Lei de defesa da ordem econômica (Lei 12.529/2011)	70
3.9. Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013)	73
3.10. Lei do Mandado de Injunção (Lei 13.300/2016)	76

4. ESPÉCIES DE PROCESSO COLETIVO	81
4.1. Processo coletivo comum	81
4.1.1. Introdução	81
4.1.2. Ação popular	83
4.1.2.1. Hipóteses de cabimento	83
4.1.2.2. Ilegalidade e lesividade do ato administrativo	88
4.1.2.3. Desvirtuamento da ação popular	90
4.1.3. Mandado de segurança coletivo	91
4.1.3.1. Requisitos comuns de cabimento do mandado de segurança individual e coletivo	91
4.1.3.2. Direitos tuteláveis pelo mandado de segurança coletivo	94
4.1.4. Ação de improbidade administrativa	94
4.1.5. Ação civil pública	104
4.1.6. Mandado de injunção coletivo	105
4.2. Processo coletivo especial	110
4.2.1. Introdução	110
4.2.2. Ação direta de inconstitucionalidade	111
4.2.3. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão	111
4.2.4. Ação declaratória de constitucionalidade	112
4.2.5. Ação de descumprimento de preceito fundamental	114
4.2.5.1. Objeto da impugnação	114
4.2.5.2. Caráter subsidiário	117
4.3. Processos pseudocoletivos (ações pseudocoletivas)	118
4.4. Ações pseudoindividuais	119
5. PRINCÍPIOS DO PROCESSO COLETIVO	127
5.1. Acesso à ordem jurídica justa	127
5.2. Princípio da participação	131
5.3. Ativismo judicial	133
5.3.1. Sistemas processuais dispositivo e inquisitivo	133
5.3.2. Sistema processual no processo coletivo e poderes do juiz	134
5.3.3. Processo coletivo e a implementação de políticas públicas	137
5.3.4. Dever do juiz na prática de atos processuais (prazos impróprios)	143
5.4. Contraditório	145
5.5. Economia processual	148
5.6. Interesse no julgamento de mérito	151
5.6.1. Princípio de teoria geral do processo	151
5.6.2. Especificamente o processo coletivo	152

5.6.2.1.	Introdução	152
5.6.2.2.	Sucessão na hipótese de ilegitimidade ativa	153
5.6.2.3.	Fungibilidade	154
5.6.3.	Interesse no melhor julgamento de mérito possível	157
5.7.	Disponibilidade motivada	158
5.8.	Obrigatoriedade de promoção da defesa dos direitos coletivos <i>lato sensu</i> ? ..	163
5.9.	Obrigatoriedade da execução	165
5.10.	Não taxatividade da tutela coletiva	166
5.11.	Competência adequada	168
6.	DIREITOS TUTELADOS PELO MICROSSISTEMA COLETIVO	171
6.1.	Direitos ou interesses?	171
6.2.	Direito difuso	173
6.3.	Direito coletivo	175
6.4.	Direitos individuais homogêneos	177
6.5.	Direitos individuais indisponíveis	180
6.6.	Identities e diferenças entre os direitos coletivos <i>lato sensu</i>	183
7.	COMPETÊNCIA	187
7.1.	Introdução	187
7.2.	Competência da Justiça brasileira	188
7.3.	Competência originária dos tribunais superiores e órgãos atípicos	189
7.3.1.	Processo coletivo especial	189
7.3.2.	Ação popular e ação civil pública	189
7.3.3.	Ação de improbidade administrativa	190
7.3.4.	Mandado de injunção coletivo	192
7.3.5.	Mandado de segurança coletivo	193
7.3.6.	Processo de impedimento	193
7.4.	Competência de Justiça Especializada	193
7.5.	Competência da Justiça Comum	194
7.6.	Regra de competência absoluta	197
7.6.1.	Competência absoluta: funcional ou territorial?	197
7.6.2.	Local do dano	198
7.6.3.	ECA e Estatuto da Pessoa Idosa	201
7.6.4.	Mandado de segurança coletivo	202
7.6.5.	Ação popular	203
7.6.6.	Ação de improbidade administrativa	204
7.7.	Competência de juízo	206

8. LEGITIMIDADE	209
8.1. Espécies de legitimidade	209
8.2. Legitimados ativos	211
8.2.1. Cidadão	211
8.2.2. Ministério Público	216
8.2.3. Associação	222
8.2.3.1. Introdução	222
8.2.3.2. Constituição nos termos da lei civil há pelo menos um ano	222
8.2.3.3. Pertinência temática	224
8.2.3.4. Representação adequada (<i>adequacy of representation</i>)	225
8.2.3.4.1. Introdução	225
8.2.3.4.2. Sistema <i>ope iudicis</i> (<i>common law</i>)	226
8.2.3.4.3. Sistema <i>ope legis</i> (<i>civil law</i>)	227
8.2.3.4.4. Situação atual no Brasil	229
8.2.3.5. Legitimidade extraordinária ou representação processual?	230
8.2.4. Pessoas jurídicas da administração pública	235
8.2.5. Defensoria Pública	237
8.3. Legitimação ativa no mandado de segurança coletivo	247
8.4. Legitimação ativa na ação de improbidade administrativa	250
8.4.1. Introdução	250
8.4.2. Pessoa jurídica interessada	250
8.4.3. Ministério Público	252
8.5. Processo coletivo especial	254
8.6. Legitimados passivos	258
8.6.1. Introdução	258
8.6.2. Ação popular	258
8.6.3. Ação de improbidade administrativa	261
8.6.4. Mandado de segurança coletivo	262
8.6.5. Legitimação passiva no processo coletivo especial	266
8.7. Legitimação bifronte da pessoa jurídica de direito público	269
8.7.1. Ação popular	269
8.7.2. Ação de improbidade administrativa	271
8.8. Classificação da legitimidade e litisconsórcio	273
9. RELAÇÃO ENTRE A AÇÃO COLETIVA E INDIVIDUAL	275
9.1. Introdução	275
9.2. Litispendência	275
9.3. Conexão e continência	277

9.3.1.	Conceito	277
9.3.2.	Objetivos pretendidos com a reunião de ações conexas	278
9.3.3.	Obrigatoriedade ou facultatividade na reunião de processos em razão da conexão	279
9.3.4.	Matéria de ordem pública	280
9.3.5.	Especificamente na relação entre ação coletiva e individual	280
9.4.	Suspensão do processo individual	282
9.5.	Extinção do processo individual	284
10.	PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	287
10.1.	Parte	287
10.1.1.	Polo ativo	288
10.1.2.	Polo passivo	288
10.1.3.	Litisconsórcio	290
10.2.	Fiscal da ordem jurídica	290
10.2.1.	Mandado de segurança coletivo	292
10.2.2.	Ação popular	293
10.3.	Sucessão processual	297
11.	LITISCONSÓRCIO E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	299
11.1.	Litisconsórcio	299
11.2.	Litisconsórcio no polo ativo	300
11.2.1.	Facultativo	300
11.2.2.	Unitário	301
11.2.3.	Litisconsórcio ativo ulterior?	302
11.2.3.1.	Processo coletivo comum	302
11.2.3.2.	Processo coletivo especial	305
11.3.	Litisconsórcio no polo passivo	307
11.3.1.	Introdução	307
11.3.2.	Ação popular	307
11.3.3.	Ação de improbidade administrativa	308
11.4.	Indivíduo como "litisconsorte" nas ações coletivas de direito individual homogêneo	309
11.5.	Intervenção de terceiros	311
11.6.	Assistência	312
11.6.1.	Assistência simples	312
11.6.2.	Assistência litisconsorcial	313
11.7.	Denúnciação da lide	314
11.7.1.	Denúnciação da lide no Código de Defesa do Consumidor	315

11.7.1.1. Introdução	315
11.7.1.2. Razões da vedação legal	315
11.7.1.2.1. Introdução	315
11.7.1.2.2. Retardamento procedimental	316
11.7.1.2.3. Nova causa de pedir em razão da denúncia da lide	318
11.7.1.2.4. Abrangência da vedação legal	320
11.8. Chamamento ao processo	321
11.8.1. Espécie atípica de chamamento ao processo	321
11.8.1.1. Ação diretamente proposta contra a seguradora	322
11.9. Amicus curiae	323
11.9.1. Introdução	323
11.9.2. Interesse institucional	324
11.9.3. Requisitos	325
11.9.4. Aspectos procedimentais	327
11.10. Incidente de desconconsideração da personalidade jurídica	328
11.10.1. Introdução	328
11.10.2. Momento	330
11.10.3. Procedimento	330
11.10.4. Recorribilidade	333
11.10.5. Fraude à execução	334
12. RELAÇÃO ENTRE AÇÕES COLETIVAS	335
12.1. Introdução	335
12.2. Conexão e continência	336
12.2.1. Conceito e efeito	336
12.2.2. Determinação do juízo preventivo	337
12.2.3. Prejudicialidade externa	338
12.3. Litispendência e seu efeito	339
12.4. Limitação territorial do art. 16 da LACP	341
12.5. Indevida confusão entre continência e litispendência parcial	342
13. MEIOS DE IMPUGNAÇÃO	345
13.1. Recursos e sucedâneos recursais	345
13.2. Cabimento	346
13.2.1. Introdução	346
13.2.2. Ação popular	347
13.2.3. Mandado de segurança coletivo	348
13.2.4. Processo coletivo especial	349
13.3. Legitimidade recursal	351
13.3.1. Introdução	351

13.3.2. Ação popular	352
13.3.3. Mandado de segurança coletivo	353
13.4. Efeitos	354
13.4.1. Introdução	354
13.4.2. Ação civil pública	354
13.4.3. Ação popular	357
13.5. Desistência e renúncia	358
13.6. Reexame necessário	362
13.6.1. Introdução	362
13.6.2. Ação popular	363
13.6.3. Mandado de segurança coletivo	364
13.7. Ação rescisória	365
13.7.1. Introdução	365
13.7.2. Processo coletivo comum	368
13.7.3. Processo coletivo especial	368
13.8. Pedido de suspensão de segurança	370
14. COISA JULGADA	377
14.1. Introdução	377
14.2. Coisa julgada secundum <i>eventum probationis</i>	377
14.3. Coisa julgada secundum <i>eventum litis</i>	382
14.4. Limitação territorial da coisa julgada	384
14.5. Coisa julgada na ação de improbidade administrativa	389
14.6. Coisa julgada no mandado de segurança coletivo	393
15. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	397
15.1. Conceito de liquidez e obrigações liquidáveis	397
15.2. Natureza jurídica da liquidação	398
15.3. Legitimidade ativa	400
15.4. Competência	400
15.5. Espécies de liquidação de sentença	403
15.6. Direito difuso e coletivo	404
15.7. Direito individual homogêneo	405
15.8. Liquidação individual das sentenças de direito difuso e coletivo	406
16. EXECUÇÃO	409
16.1. Introdução	409
16.1.1. Processo de execução e cumprimento de sentença	409

16.1.2. Execução por sub-rogação e indireta	412
16.2. Legitimidade ativa	418
16.3. Direitos difusos e coletivos	420
16.4. Direitos individuais homogêneos	421
16.4.1. Introdução	421
16.4.2. Execução por <i>fluid recovery</i>	422
16.4.3. Legitimidade	426
16.5. Regime jurídico das despesas e custas processuais	429
16.6. Prescrição intercorrente	430
17. TUTELA PROVISÓRIA	437
17.1. Introdução	437
17.2. Tutela antecipada	439
17.3. Liminar	442
17.3.1. Processo coletivo comum	445
17.3.2. Mandado de segurança coletivo	446
17.3.2.1. Natureza jurídica	446
17.3.2.2. Prestação de garantia para a concessão da liminar	448
17.3.2.3. Comunicações	448
17.3.2.4. Efeitos da liminar	449
17.3.2.5. Perempção ou caducidade da liminar	450
17.4. Cautelar	452
17.4.1. Processo coletivo comum	452
17.4.2. Cautelares nominadas na Lei de Improbidade Administrativa	454
17.4.2.1. Introdução	454
17.4.2.2. Indisponibilidade de bens	455
17.4.2.2.1. Natureza jurídica	455
17.4.2.2.2. Atos de improbidade e indisponibilidade	457
17.4.2.2.3. Legitimidade ativa	459
17.4.2.2.4. Objeto da garantia	460
17.4.2.2.5. Limites impostos ao ato de constrição	461
17.4.2.2.6. Forma do pedido de indisponibilidade	465
17.4.2.2.7. Concessão liminar da medida cautelar	466
17.4.2.2.8. Requisitos para a concessão	467
17.4.2.2.9. Prazo para a propositura da ação principal	470
17.4.2.2.10. Pedido ilíquido	471
17.4.2.2.11. Adequações	472
17.4.2.2.12. Direito intertemporal	473
17.4.2.3. Afastamento provisório do cargo, emprego ou função	474
17.4.2.3.1. Natureza jurídica	474

17.4.2.3.2. Requisitos para a concessão da cautelar probatória	477
17.4.2.3.3. Tempo de duração	478
17.4.2.3.4. Sujeitos passivos da medida	480
17.4.2.3.5. Excepcionalidade do pedido	480
17.4.3. Processo coletivo especial	481
17.4.3.1. Ação direta de inconstitucionalidade	481
17.4.3.2. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão	485
17.4.3.3. Ação declaratória de constitucionalidade	487
17.4.3.4. Arguição de descumprimento de preceito fundamental	489
17.5. Tutela da evidência	490
17.5.1. Introdução	490
17.5.2. Hipóteses de cabimento	491
17.5.2.1. Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu	491
17.5.2.2. Fato provável e tese jurídica pacificada nos tribunais superiores ...	493
17.5.2.3. Prova documental em ação reipersecutória	495
17.5.2.4. Prova documental sem prova do réu capaz de gerar dúvida razoável ao juiz	495
17.5.3. Procedimento	496
18. MEIOS DE SOLUÇÃO DOS CONFLITOS	497
18.1. Introdução	497
18.2. Jurisdição	497
18.3. Equivalentes jurisdicionais	498
18.3.1. Autotutela	498
18.3.2. Autocomposição	499
18.3.2.1. Diferentes espécies	499
18.3.2.2. Termo de ajustamento de conduta	501
18.3.2.3. Instrumentos extrajudiciais semelhantes ao Termo de Ajustamento de Conduta	506
18.3.2.4. Transação durante o processo coletivo	507
18.3.2.5. Acordo de não persecução cível	508
18.3.3. Mediação	513
18.3.4. Arbitragem	514
18.3.4.1. Generalidades	514
18.3.4.2. Cabimento na tutela coletiva	516
18.3.4.2.1. Introdução	516
18.3.4.2.2. Vedação expressa à arbitragem no Código de Defesa do Consumidor	517

19. GRATUIDADE	519
19.1. Introdução	519
19.2. Isenção de adiantamento	519
19.3. Condenação em verbas de sucumbência	523
20. INQUÉRITO CIVIL	527
20.1. Introdução	527
20.2. Natureza jurídica do inquérito civil	528
20.2.1. Introdução	528
20.2.2. Legitimação exclusiva do Ministério Público	528
20.2.3. Facultatividade	529
20.2.4. Formalidade restrita (inquisitorialidade) – o problema do contraditório ...	530
20.2.5. Publicidade mitigada	532
20.2.6. Autoexecutoriedade	533
20.3. Procedimento preparatório	534
20.4. Procedimento	535
20.4.1. Introdução	535
20.4.2. Instauração	536
20.4.3. Indeferimento do requerimento de instauração do inquérito civil	537
20.4.4. Instrução	539
20.4.5. Audiência pública	542
20.4.6. Arquivamento	543
20.4.7. Recomendações	545
20.5. A importância da aproximação entre o inquérito civil e as cautelares pro- batórias – o valor e a carga da prova produzida	546
21. PROCESSO COLETIVO PASSIVO	549
21.1. Situações jurídicas coletivas passivas	549
21.2. Situações jurídicas coletivas ativas e passivas	550
21.3. Situações jurídicas coletivas passivas e processo coletivo passivo	551
21.3.1. Introdução	551
21.3.2. Dificuldades práticas na adoção do processo coletivo passivo	552
21.3.2.1. Legitimidade	552
21.3.2.2. Coisa julgada	553
21.3.2.3. Demais questões processuais	555
21.4. Ações coletivas passivas originais e derivadas: indevida confusão	558
22. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	561
22.1. Introdução	561

22.2. Decadência	562
22.2.1. Mandado de segurança coletivo	562
22.2.2. Habilitação individual em sentença coletiva de direito individual homô- gêneo	563
22.3. Prescrição	564
22.3.1. (Im)prescritibilidade da pretensão de ressarcimento de danos ao Erário	564
22.3.2. Ação popular	565
22.3.3. Ação de improbidade administrativa	566
22.3.4. Ação civil pública	567
22.4. Prescrição da pretensão individual	568
22.4.1. Pretensão de conhecimento	568
22.4.2. Pretensão executiva	569
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 571